

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA POPULAÇÃO DA VILA YARA, ALTÔNIA/PR

Preliminary Diagnosis of the Population of Vila Yara, Altonia/PR

Karla Cristhiane Constantino*
Alberto Feiden**

Resumo: Os projetos em desenvolvimento rural sustentável precisam proporcionar melhoria na qualidade de vida da comunidade estudada. Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise exploratória para conhecer a comunidade de estudo, bem como caracterizar a comunidade tradicional de pescadores artesanais do Balneário Vila Yara em Altônia-PR, por meio de metodologias participativas. Constatou-se que existem 94 habitantes organizadas em 37 famílias, destas 11 vivem exclusivamente da pesca artesanal. A metodologia escolhida mostrou-se adequada para o estudo. Identificou-se que a territorialidade dos moradores sofre influência da existência de Unidades de conservação.

Palavras-chave: pesca artesanal, desenvolvimento rural sustentável, comunidade tradicional.

Abstract: Sustainable rural development projects need to improve the quality of life of the studied community. This research aims to make an exploratory analysis to know the Balneário Vila Yara in Altônia-PR, an artisan fishermen community, and characterize the community through participatory methodologies. We found that there are 94 inhabitants organized in 37 families, 11 of them live exclusively from artisan fishing. The chosen methodology was adequate for the study. It was identified that the territoriality of the residents is influenced by the existence of protected areas.

Keywords: artisanal fishing, sustainable rural development, traditional community.

Introdução

Os pescadores artesanais por muito tempo têm sido negligenciados perante a construção de políticas públicas para o setor, além da tomada de decisão sobre a gestão do território ao qual pertencem e influencia diretamente no seu modo de vida. Assim sendo tratam-se de uma classe vulnerável a qual merece e precisa da atenção dos pesquisadores, principalmente voltadas a conservação de seu modo de vida.

Nesse sentido apreender as práticas formais e informais dos grupos de pescadores, suas ações legais ou não, individuais ou coletivas, permite vislumbrar necessidades e anseios presentes no mundo da pesca e que comportam uma das questões a serem identificadas analisando as demandas dos sujeitos sociais atuantes no setor e sua repercussão no espaço geográfico.

* Engenheira ambiental, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: karlaconstantino@gmail.com.

** Engenheiro agrônomo, PhD em Agronomia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e Pesquisador da Embrapa Pantanal. E-mail: alberto.feiden@embrapa.br.

As construções de reservatórios em canais fluviais alteram o estado de equilíbrio de um rio, conduzindo a uma série de mudanças nas características e nos processos fluviais, acarretando em problemas de gerenciamento tanto na área inundada como no trecho jusante à barragem. A bacia hidrográfica do Rio Paraná apresenta grande importância para o sistema fluvial do centro-sul brasileiro, tendo 2.800.000 km² de área total 800.000 km² em território brasileiro, sendo que o próprio rio Paraná e seus principais tributários encontram-se quase totalmente inundados por barragens (CRISPIM; STEVAUX, 2002).

A área de estudo do presente trabalho localiza-se nas margens do Rio Paraná em seu último trecho livre de barragem, porém a sua montante está a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera) e a jusante a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Além disso, vale salientar a existência do projeto da Hidrelétrica de Ilha Grande, o qual foi pensado como uma das alternativas de centrais hidrelétricas no Rio Paraná, escolheu-se a opção de Itaipu, por questões ambientais em relação à grande área alagada em consequência do relevo da região de Ilha Grande (SCHNEIDER, 2009).

Os municípios paranaenses de Vila Alta, Altônia, São Jorge do Patrocínio e Icaraíma, localizados ao entorno do PNIG, criaram áreas de proteção ambiental (APAs) municipais, desenvolvendo um modelo de gestão com-

partilhada, com a criação do Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (CORIPA), após isso e levando em consideração os impactos dos diversos empreendimentos hidrelétricos existentes na bacia do Rio Paraná, em consonância com esforços do IAP e IBAMA, através de uma resolução conjunta IBAMA/IAP n° 01/1997, criou-se duas unidades de conservação Federal: O PNIG e a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (SCHNEIDER, 2009).

Para desenvolver projetos de desenvolvimento rural sustentável que cumpram seu papel é preciso levar em conta que deve-se obter melhoria na qualidade de vida da comunidade estudada, propiciando a esta autonomia na tomada de decisão, pois são os beneficiários das ações. Por estas razões tem-se havido um crescente emprego de diagnósticos participativos para realização de tais estudos, tal metodologia será empregada no presente trabalho.

As comunidades de pescadores artesanais da Vila Yara têm sua territorialidade comprometida a partir das influências das ações antrópicas sobre os recursos naturais ao qual seu modo de vida depende, o Rio Paraná, com a criação de hidrelétricas a montante e a jusante do ponto onde a comunidade reside. Além da criação de Unidades de Conservação que buscaram proteção ambiental, mas esqueceram das comunidades que dependiam dessa área, não havendo nenhum tipo de ação voltada a gestão e organização dos moradores das áreas desapropriadas, ou então ao acesso de espaços importantes para as atividades laborais dos mesmos.

A presente pesquisa tem como objetivo análise exploratória para conhecer a comunidade de estudo e apresentação da proposta de pesquisa a ser realizada na mesma, bem como caracterizar a comunidade tradicional de pescadores artesanais do Balneário Vila Yara em Altônia-PR, a qual encontra-se nos limites da unidade de conservação do Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, a partir de metodologias de diagnóstico rural participativo.

Fundamentação teórica

Desenvolvimento Rural Sustentável Existem alguns elementos-chave que preconizam o debate sobre o desenvolvimento rural, são eles: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental. Lembrando que é importante estabelecer deslocamentos de enfoque, que possam resultar da troca de ações do tipo top-down para as

de bottom-up, ou seja, a tomada de decisão é feita na base, pelas classes menos favorecidas. A partir disso, vale salientar que o território é a unidade de referência mais adequada para se estudar e analisar os processos gerais de reestruturação societários e seus impactos locais.

As estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais mostrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem. Assim, o conjunto de ações e práticas visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança (ELLIS, 2001).

De acordo com Ploeg *et al.* (2000) o desenvolvimento rural seria uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. É uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução.

Nesta perspectiva, de expansão das capacitações individuais e melhoria dos funcionamentos, é fundamental a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o auxílio do Estado para formação de arranjos institucionais locais. Especificamente o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente local e regional. As localidades e regiões que melhor conseguissem desenvolver-se seriam aquelas que apresentariam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local dos atores na tomada de suas decisões, para a capacidade de reter e reinvestir capitais em nível local, enfim, para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente (VEIGA, 2001).

O desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SHNEIDER, 2004).

O desenvolvimento rural sustentável contém interdependências e mútuas influências no campo das ciências, portanto é importante enfatizar a complexidade inerente aos processos de geração de saberes e conhecimentos com a potencialidade para orientar a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, em perspectiva interdisciplinar.

Pesca Artesanal A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, Lei N° 11.959/2009, considera a prática da atividade de pesca artesanal “por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”. O parágrafo 1° do art. 3 da mesma lei evidencia a responsabilidade do poder público de garantir a continuidade e permanência das atividades de pesca artesanais, considerando suas peculiaridades e demandas (BRASIL, 2009).

Ainda sobre os aspectos legais da pesca artesanal, tem-se o decreto n° 8.425/2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição dos pescadores no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), sendo este um “instrumento prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil” (BRASIL, 2015).

Tem-se utilizado o estabelecimento de áreas protegida como forma de controle dos efeitos da degradação ambiental, porém utilizar esta ferramenta para conservação dos ecossistemas tem afetado a economia de várias comunidades de pescadores artesanais, pois raramente seu ponto de vista é levado em consideração, quando trabalha-se a análise de impacto ambiental, mesmo que pratiquem atividades de pesca em pequena escala (DIEGUES, 1998).

Geralmente, a criação de áreas de proteção, especialmente parques nacionais, forçam as comunidades tradicionais a deixarem a área, não levando em conta seus interesses, pois tratam-se de pessoas impotentes, muitas vezes analfabetos e estão longe dos centros de tomada de decisão.

Esta realidade começou a mudar entre as décadas de 1970 e 1980, os pescadores artesanais foram capazes de se organizar e exprimir seu ponto de vista em vários locais, inclusive no parlamento nacional durante a votação da Constituição de 1988, após o fim do regime militar no Brasil. A conquista da visibilidade social permitiu reagir contra as ameaças à sua subsistência, por meio da contestação dos resultados dos estudos de impacto ambiental e o processo top-down de criação de áreas de preservação (DIEGUES, 1998).

Prova disso, é o Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores (CIAP, em inglês *International Collective in Support of Fishworkers* - ICSF), é uma organização

internacional não governamental que trabalha para o estabelecimento de uma pesca equitativa, justa, autônoma e sustentável, particularmente no sector artesanal de pequena escala. Criada em 1984, durante a Conferência Mundial sobre Gestão e Desenvolvimento da Pesca, organizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), os pescadores e intelectuais participantes perceberam que a FAO deixou de lado questões relevantes para as comunidades tradicionais de pescadores artesanais (ICSF, 2019).

Fica evidente a importância de estudos interdisciplinares que contemplem os interesses ambientais e sociais, proporcionando uma visão global e integrada dos impactos de grandes projetos de conservação ambiental, para que as demandas das populações locais sejam contempladas (DIEGUES, 1998).

Em muitos países, inclusive, no Brasil, os pescadores artesanais eram considerados pessoas ociosas, sem contribuir para a economia nacional, considerados até um problema social, visão esta que era usada como forma de privar os mesmo de seus direitos sociais e econômicos, além de justificar os projetos de modernização da pesca, iniciada na década de 1960, recebendo incentivos do governo para tal, o que ocasionou o rápido esgotamento de diversas espécies de peixes e a intensificação da marginalização dos pescadores artesanais, os quais não estavam organizados socialmente (DIEGUES, 1998).

Os modelos de parques nacionais que são utilizados no Brasil foram importados de países desenvolvidos, os quais não continham comunidades tradicionais nas áreas destinadas a conservação ambiental, não sendo adequados a cultura de países em desenvolvimento, pois não levam em consideração a relação cultural das comunidades tradicionais com a área (DIEGUES, 1998).

A pesca artesanal brasileira é composta por elementos herdados de diversas culturas, como por exemplo, os indígenas, africanos e europeus, a qual se mostrou fortemente presente no abastecimento de núcleos urbanos, desde o Brasil colônia, além de complementar as atividades de agricultores, extratores litorâneos e ribeirinhos, tais comunidades conservam estas atividades como forma de subsistência até os dias atuais. Tais fatos culminam na formação de uma categoria de trabalhadores focados em uma atividade laboral voltada para a produção do pescado, como organização específica de trabalho e produção, estabelecendo-se em ilhas, áreas costeiras e ribeirinhas (CARDOSO, 2009).

De acordo com Cardoso (2009) a pesca artesanal apresenta importância para a economia do pescado e, simultaneamente, contribui para estratégias de conservação dos recursos naturais, pois é considerada uma atividade de baixo impacto, já que há seletividade, pequena escala de captura e dependência dos processos

naturais. Além destas questões, existe uma forte aproximação entre o pescador e o pescado, levando-os a formação de conhecimentos informais próprios a partir da interpretação dos processos naturais dos quais dependem a realização de seu trabalho, como por exemplo, o comportamento das espécies de peixes e fatores climáticos.

Segundo Itoz *et al.* (2017) as atividades da pesca artesanal têm sua importância pautada nos impactos positivos gerados sobre comunidades carentes localizadas próximas a corpos hídricos, ao fornecer trabalho e geração de renda contribuindo para segurança alimentar das famílias dos mesmos. Portanto, de acordo com o mesmo autor, ações extensionista direcionadas a estas comunidades, com o objetivo de capacitá-los com conhecimentos acadêmicos através de metodologias alternativas, em especial, voltadas a técnicas contábeis para auxiliá-los gestão financeira da produção.

Diagnóstico Rural Participativo Antigamente, para estudos com agricultores utilizava-se o diagnóstico formal, mas estes são longos e não contribuem para o envolvimento da comunidade na análise de seus problemas. Diante desta falta de interação entre comunidade-pesquisa, desenvolveram-se técnicas que possibilitam a participação dos agricultores no levantamento dos problemas, elaboração de soluções, análise dos resultados e ação, formulando assim o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), tendo como objetivo impulsionar a autoanálise e a auto-determinação dos grupos estudados e obtenção direta de informação primária (GUIMARÃES; LOURENÇO; LOURENÇO, 2007).

A participação, de acordo com Guimarães; Lourenço; Lourenço (2007), é entendida como “a habilidade de analisar, ter confiança, controlar, tomar decisões e agir”. Para estimular a participação, o mesmo autor sugere que é preciso transferir o poder de comando dos agentes externos participante, facilitadores, para a comunidade, menos favorecidos. Existem vários níveis de participação, sendo mais alto nível a automobilização, na qual as pessoas têm iniciativas para mudar os sistemas, independentemente de instituições externas.

Pertencimento tem profunda relação com o termo “participativo”, o qual se está cada vez mais ansiando e utilizando, pois se acredita que tudo o que for construído de forma participativa por um grupo, a este grupo pertence e ao mesmo tempo contém um pouco de cada um do grupo. Apresentando também a responsabilidade, como implicação, pois se construímos juntos e se nos pertence, somos todos responsáveis por ela (GUIMARÃES; LOURENÇO; LOURENÇO, 2007).

Esta percepção evidencia que os seres humanos são autores de suas próprias ações e que desenvolvimento é primeiramente um processo de aprendizado, re-

querendo diálogo e consciência crítica. Um grupo não pode desenvolver outro. O único tipo possível de desenvolvimento é o autodesenvolvimento, no qual as pessoas entendam e construam suas próprias situações (PINHEIRO, 1995).

As metodologias participativas contribuem para otimizar as relações e ações desenvolvidas na comunidade por agentes externos, além de propiciar o fortalecimento da autonomia destas no planejamento e na gestão das ações, a partir da construção coletiva de conhecimentos, evidenciando a importância de se respeitar o conhecimento do senso comum local. Como a participação é algo construído coletivamente, necessitando de uma boa organização do grupo, o baixo nível de organização do grupo tem se mostrado um desafio para o desenvolvimento local dos mesmos (CAMPOLIN; FEIDEN, 2011).

De acordo com Verdejo (2003), o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é “um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem às comunidades fazer o seu próprio diagnóstico e a partir daí começar a auto gerenciar seu planejamento e desenvolvimento”. Objetiva-se iniciar um processo de autorreflexão da comunidade estudada, na qual a equipe facilitadora composta pelos pesquisadores deve ter mínima intervenção no processo, pois busca-se a autodeterminação da comunidade, ou seja, o grupo pesquisado expõe seus problemas e ao mesmo tempo propõe uma solução, através de ferramentas de autoanálise disponibilizada pelos facilitadores.

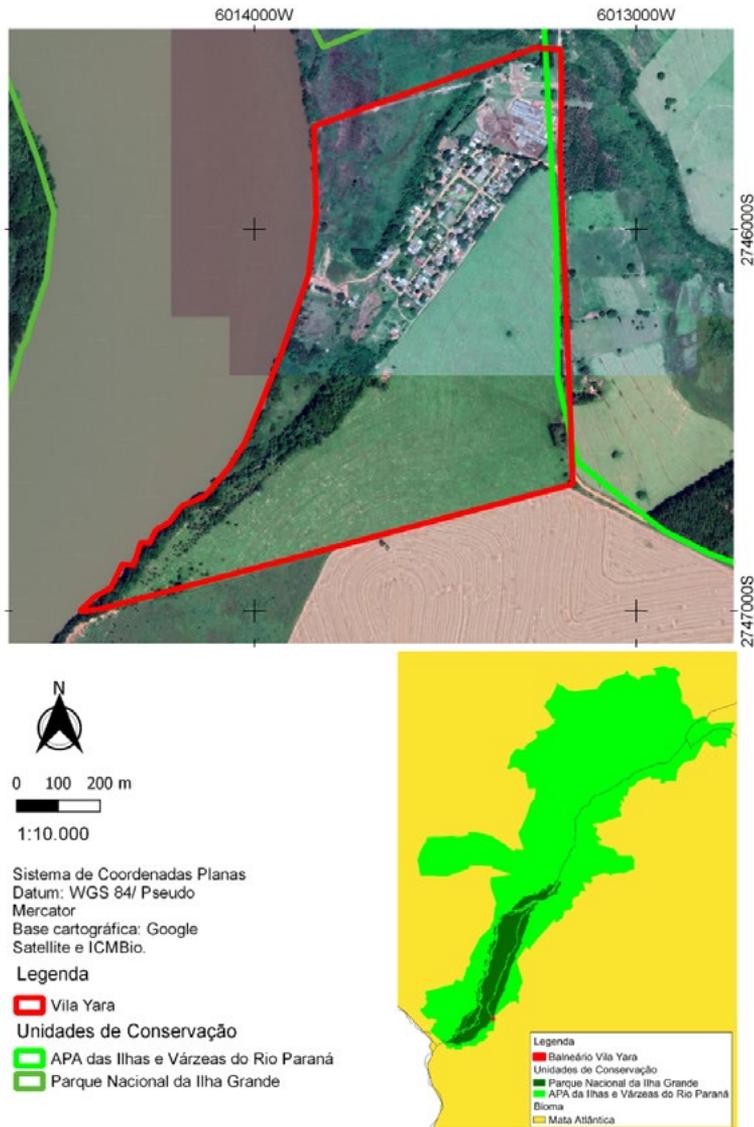
Caracterização da área de estudo

A Figura 1 apresenta a localização da área de estudo, a qual trata-se no Balneário Vila Yara, localizada no município de Altônia, no noroeste do estado do Paraná. A área municipal é de 729,32 km², e população de 21.988 habitantes, sendo 73,50% urbana e 26,50% rural. Tem-se como fronteira os limites do Parque Nacional de Ilha Grande, o qual é uma Zona Núcleo da Reserva da Biosfera pela Mata Atlântica, de acordo com seu Plano de Manejo, apresenta uma área total de 78.875 ha e 20,16% desta área localiza-se no município de Altônia, além disso está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

A comunidade estudada este é banhada pelas águas do Rio Paraná, a montante do lago da Usina Hidroelétrica da Itaipu Binacional e a jusante da Usina Hidrelétrica Sergio Motta. Nessa região há uma colônia de pescadores artesanais, os quais, atualmente, precisam lutar arduamente, enfrentando áreas de riscos para conseguir obter o sustento. Busca-se garantir a continuidade da atividade da pesca artesanal no local e a territorialidade vigente pela comunidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Assim como apresentado na Figura 2-a, a geologia da área é constituída em sua maior parte por arenitos do Grupo Bauru – Formação Caiuá, formação na era mesozoica classificada em 5 formações litoestratigráfica (FERNANDES; COIMBRA, 1994). Acima dos arenitos da Formação Caiuá, encontra-se os depósitos aluviais em terraços, sedimentos inconsolidados ou parcialmente consolidados, constituídos de arenitos e siltitos. A figura 2-b apresenta os solos da área de estudo, constituído por argissolo, latossolo e organossolo, este último predomina-se sobre áreas alagadas e próxima ao leito do Rio Paraná.

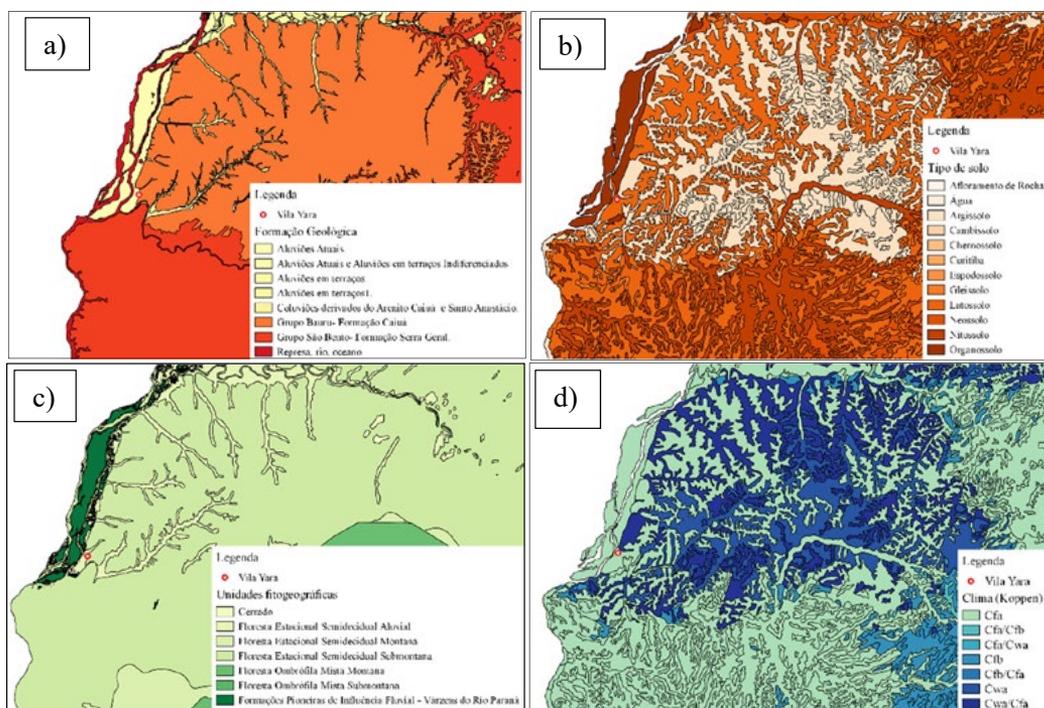
Figura 01 - Localização do Balneário Vil Yara, Altônia – PR.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A unidade fitogeográfica a qual a área de estudo está incluída, assim como apresentado na Figura 2-c é a Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, abrangendo as regiões próximas ao curso d'água, além disso está próxima as Formações Pioneiras de influência fluvial (Várzeas do Rio Paraná), pertencentes ao Bioma Mata Atlântica. Na região dos planaltos areníticos, o gênero de maior ocorrência é o *Aspidosperma*, com um ecótipo próprio, sendo marcado pela Peroba Rosa (*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg.). As espécies decíduais características dessa região são de gêneros amazônicos, como: *Hymenaea* (jatobá), *Copaifera* (óleo-vermelho), *Peltophorum* (canafístula) (IBGE, 2012).

Figura 02 - Caracterização física da área de estudo a) geologia; b) tipos de solo; c) unidades fitogeográficas; d) clima.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A Figura 2-d apresenta o clima predominante na região de estudo, segundo classificação de Köppen, o clima é Cfa, temperado úmido com verão quente. Na região Sul do Brasil, o ciclo anual de temperatura apresenta uma amplitude de 11°C, isso ocorre por causa da quantidade de radiação solar diferente para as estações de inverno e verão, característica própria de latitudes altas. No inverno, época do ano com menor incidência de radiação solar, o valor médio para julho na região noroeste do Paraná varia de 16 a 17,5°C, já no verão, a temperatura

média mensal para janeiro é de 24,5°C. Nos meses de transição, as temperaturas se mantêm próximas, em abril, a temperatura varia de 20,5 a 22°C e em outubro de 21 a 22,5°C (CAVALCANTI et al., 2009).

Procedimentos metodológicos

O presente estudo é exploratório que segundo Richardson (2012) consiste em “conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências de dito fenômeno”. A população pesquisada foram os moradores do Balneário Vila Yara – Altônia, PR, ocorreu em 11 de maio de 2019 e contou com a presença de 11 participantes.

A metodologia utilizada para coleta de dados foi a proposta pelo Guia Prático de Diagnóstico Rural Participativo elaborado por Verdejo (2003) através de uma dinâmica grupal a qual propiciou aos participantes a construção do Mapa da Comunidade, com o objetivo de obter uma ideia geral dos aspectos socioeconômico principais da mesma.

Os participantes receberam materiais para desenho e os facilitadores apresentaram perguntas-chaves que permitiram a comunidade construir o mapa da comunidade, iniciou-se com a demarcação de elementos que permitiam a limitação da comunidade: as quadras, estradas, rio. Em seguida buscou-se conhecer os elementos sociais da comunidade, então os participantes foram questionados sobre a localização das moradias, o número de habitantes e as atividades econômicas realizadas pelos mesmos, assim foi possível levantar um censo populacional da comunidade pesquisada.

Resultados e discussões

A Figura 3 apresenta o Mapa da Comunidade construído coletivamente pelos moradores do Balneário Vila Yara, através da dinâmica grupal, na qual os pesquisadores foram facilitadores do processo garantindo que os resultados fossem construídos pelo grupo (Figura 4-a; b) nota-se que foram identificados elementos físicos que compõem o território estudado, são eles: o Rio Paraná, a estrada que leva até a área urbana do município, a quadra recreativa e o pasto que está entre as ruas da comunidade.

mações constatou-se que existem um total de 100 casas, 4 igrejas, 1 bar e 1 escola construídas, porém destas, apenas 37 casas são habitadas, uma igreja e a escola encontra-se desativadas, contando com 94 habitante. Como a escola existente na vila não está em funcionamento, os estudantes frequentam a escola na área urbana, dependendo de transporte público para ir as aulas, por questões de mobilidade precária em dias de chuva não há a possibilidade de chegar até a escola.

As 63 casas não habitadas são de turistas ou estão abandonadas, as quais alguns moradores da vila cuidam das casas como diaristas contratados pelos turistas, pois em época de pesca aberta muitas pessoas vem passar o fim de semana e feriado e as utilizam, estima-se que em alta temporada a vila recebe cerca de 200 pessoas, porém na comunidade e composta por 94 habitantes.

As 37 famílias moradores da comunidade, na qual 11 famílias vivem exclusivamente da pesca artesanal, dos quais 1 é aposentada como pescadora; das 28 famílias de não pescadores, 12 são aposentados; 10 trabalham são diaristas; 1 é agente de saúde; 1 trabalha no bar; 1 trabalha na olária em regime de diarista; 1 é ministra da igreja; 1 é empresário; 1 é agricultor.

Avaliou-se junto aos participantes a possibilidade de atividades turísticas e constatou-se que não há incentivo da prefeitura em relação a infraestrutura disponível, pois como supracitado em dias propícios existe uma alta circulação de pessoas na área. Também foi levantado que não há muita procura para balneabilidade, mas os moradores vislumbram uma potencial fonte de renda. Além disso, levantou-se que existe procura por pousadas, porém não há investimento neste ponto.

Entre as 11 famílias de pescadores artesanais que vivem na vila, há 3 que vendem iscas vivas e o restante pescam isca e peixes maiores. A renda mensal gerada em média é de um salário mínimo e cerca de 70% da produção de pescado é comercializado na vila pelos próprios pescadores, o restante é vendido para mercados no município que podem emitir nota fiscal, pois apesar de não pagarem um preço justo, os pescadores precisam desta comprovação como garantia documental para aposentadoria.

Os pescadores artesanais relataram que a época de pesca fechada na pirace-ma é ruim, mesmo que recebam o seguro-defeso, pois a renda é maior durante os meses que podem desenvolver sua atividade laboral. Também foi levantada a preocupação em relação a proibição da pesca da espécie dourado, já que este é a espécie que garante maior renda.

Considerações finais

O uso de metodologias participativas permitiu a construção do Mapa da comunidade e garantiu o levantamento e sistematização de informações em relação a comunidade estudada, mostrando que a metodologia de diagnóstico rural participativo apresenta êxito quando trabalha-se com comunidades tradicionais, principalmente ao levar em consideração o baixo nível de instrução formal dos participantes, porém todos possuíam um vasto conhecimento de seu território.

Identificou-se que a territorialidade dos moradores da Vila Yara sofre influência da existência de Unidades de conservação, em especial levando em consideração dos pescadores artesanais, pois estes não podem pescar em lugares que antes faziam parte do cotidiano. Evidenciando o quanto as comunidades tradicionais acabam por serem ignoradas durante a construção de processos de gestão territorial.

Nota-se que a maior parte das habitações construídas na Vila Yara não são habitadas, remetendo a um êxodo por parte dos moradores, podendo ser explicada pela falta de infraestrutura local, além das dificuldades de subsistência. Porém, a população flutuante durante a alta temporada revela um potencial turístico, o qual pode ser explorado pelos moradores, mas que ainda não acontece. É importante ressaltar que a comunidade mostrou-se desassistida por parte da gestão pública.

Referências

- BRASIL. *Decreto nº 8.425*. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. *Lei nº. 11.959*. Brasília, DF, 2009.
- CAMPOLIN, A. I.; FEIDEN, Alberto. *Metodologias participativas em agroecologia*. 1. ed. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011.
- CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. *Revista Pegada, Presidente Prudente*, v. 10, n. 2, p. 1-14, 2009.
- CRISPIM, J. Q.; STEVAUX, J. C. *Alterações na hidrologia do canal do rio Paraná após a construção do reservatório de Porto Primavera*. Maringá: Relatório PELD, 2002.
- DIEGUES, A. C. S. Environmental impact assessment: The point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. *Ocean & Coastal Management*, [S.l.], v. 39, n. 1/2, p. 119-133, 1998.
- ELLIS, F. BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950-2000. *Development Policy Review*, Oxford, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.
- FERNANDES, L. A.; COIMBRA, A. M. O Grupo Caiuá (Ks): revisão estratigráfica e contexto deposicional. *Revista Brasileira de Geociências*, São Paulo, v. 24, n. 3, p.164-176, set. 1994.
- GUIMARÃES, R. R.; LOURENÇO, J. N. P.; LOURENÇO, F. S. *Métodos e técnicas de diagnóstico participativo em sistemas de uso da terra*: apostila de curso. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.

- ICSF. *About ICSF*. 2019. Disponível em: <https://www.icsf.net/en/page/588-About%20ICSF.html>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- ITÓZ, C. et al. *Pesca artesanal em uma comunidade no Araguaia: ação extensionista sobre o custo da atividade e canais de comercialização para o setor*. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2017.
- PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2., 1995, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: IAPAR: SBS, 1995.
- PLOEG, J. D. et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- SCHNEIDER, M. M. M. *O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento territorial e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.
- VEIGA, J. E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, dez. 2001.
- VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: una guía práctica*. Santo Domingo: Centro Cultural Poveda, 2003.